

O ESTATUTO DO MODO VERBAL NA MARCAÇÃO DA CATEGORIA MODALIDADE

TATIANA SCHWOCHOW PIMPÃO
(Universidade Federal de Santa Catarina)

Introdução

Há uma tendência em admitir o distanciamento de uma relação intrínseca estabelecida e preservada pela tradição prescritiva entre modo subjuntivo e uma atitude de incerteza. Vários autores (Camara, 1976-1977; Perini, 1996) têm apontado a perda do pressuposto normativo que prevê a forte aderência da atitude de incerteza ao modo subjuntivo. Tal separação, nos termos de Camara, não implica a anulação de um valor de incerteza nos enunciados do falante, mas a sua realização mediante outros recursos gramaticais. Dessa maneira, esses recursos pontuariam uma carga de incerteza ao discurso, e o subjuntivo seria tão somente o modo esperado, mas não determinado, nesses contextos. Subordina-se, portanto, o modo subjuntivo a ambientes gramaticais que imprimem ao discurso valores de incerteza.

Esse enfoque assemelha-se a certos princípios funcionalistas. Para uma abordagem comunicativo-gramatical de língua, propõe-se um subjuntivo gramaticalizado dependente de propósitos comunicacionais e de mecanismos gramaticais codificadores de um valor de incerteza. Essa dualidade exhibe-se numa contraparte morfo-sintática do subjuntivo e numa contraparte discursivo-pragmática. Nesses termos, como uma categoria morfo-sintática, o modo subjuntivo realiza-se mediante determinados recursos gramaticais e, como uma categoria discursivo-pragmática, vincula-se a uma categoria de maior abrangência denominada por Givón (1995) *modalidade irrealis*.

Nessa análise, delimita-se o estudo do presente do modo subjuntivo às orações relativas que possuem elementos indutores da categoria *irrealis*. A proposta dessa abordagem funcionalista é mostrar o emprego escalar do

subjuntivo à medida que determinados recursos tradutores da categoria *irrealis* associados a graus de não-referencialidade e indefinição dos argumentos nominais marcam o discurso do falante. O interesse especial nesse estudo está, portanto, no emprego gradual do subjuntivo à medida que as orações relativas apresentem SNs e/ou pronomes não-referenciais e indefinidos num escopo gramático-funcional de modalidade *irrealis*.

1. Metodologia

Propõe-se analisar as orações relativas com o pronome **QUE** que apresentam em sua oração matriz recursos indutores da modalidade *irrealis*. Esse contexto de *irrealis* favorece o emprego do subjuntivo e, mediante determinação de tais recursos, pretende-se verificar quais os ambientes que condicionam com mais intensidade esse modo verbal. Para tal objetivo, coletou-se dados de 36 entrevistas de Florianópolis, cidade localizada no sul do Brasil, armazenadas no Banco de Dados VARSUL (Variação Lingüística Urbana da Região Sul do País-Brasil). Os dados de análise foram submetidos ao controle de dois fatores lingüísticos: caracterização do sintagma nominal e caracterização do escopo da oração relativa. O primeiro fator controla o tipo de sintagma nominal — pronomes (algum, um, qualquer) ou Sns plenos e o segundo verifica o tipo de elemento gramatical detentor do escopo da oração — verbos modais, verbos volitivos, verbos cognitivos não-implicativos, conectores adverbiais, partículas negativas, imperativos, construções interrogativas e ausência de marcas.

2. Categoria gramatical de modalidade *irrealis* na abordagem funcionalista

Antes de expor a abordagem funcionalista para argumentos nominais, propõe-se um breve panorama de cunho prescritivista que agrega a atitude de incerteza à morfologia de modo subjuntivo.

As gramáticas tradicionais tratam os modos verbais — subjuntivo e indicativo — como categorias binárias, i.e. ao subjuntivo corresponde a atitude de incerteza e ao indicativo, a de certeza. Nesses termos, um enfoque normativo para os argumentos nominais em orações relativas centra o valor de incerteza na flexão modal de subjuntivo.

A tradição normativa (Cunha, 1978; Mendes de Almeida, 1981) peca ao atribuir às orações relativas o papel de exprimir atitudes de incerteza, mera improbabilidade, conjectura e ao insistir em calcar no modo subjuntivo tais atitudes, sem atentar para outros recursos codificadores dessa atitude em todo o discurso. Na verdade, seriam esses recursos que codificariam as atitudes atribuídas, pela normatividade, ao modo subjuntivo. Cunha (1978: 320) cita um exemplo para o emprego de subjuntivo, reproduzido em (1).

- (1) *O subjuntivo é de regra nas ORAÇÕES ADJETIVAS que exprimem:*
a) um fim que se pretende alcançar, uma consequência:
Espero uma condução que me leve para casa.

Correspondendo à premissa da tradição gramatical de que o modo subjuntivo enfeixa noções de incerteza, o enunciado acima codificaria tal atitude na marca morfológica e não em outros recursos gramaticais como, por exemplo, o traço de incerteza inerente ao verbo *esperar*. Ainda, gramáticos, como Mendes de Almeida (1981: 564-5), citam exemplos de enunciados semelhantes com alteração no modo verbal, e tal alteração implica uma mudança de atitude, conforme (2).

- (2) *Nas relativas que denotarem incerteza, mera probabilidade, conjuntura:*
Quero um livro que CONTENHA ilustrações.

Em nota: *Se a idéia é de certeza, de fato real, o modo é o indicativo:*
Quero o livro que contém ilustrações.

Há que se comentar que em (2) alteram-se o modo verbal e, também, o artigo. O fator desencadeador da alteração modal poderia ser a mudança do artigo — de definido para indefinido — e não, conforme padrões normativos, a mudança do modo em si. Nesses termos, a presença do artigo indefinido favoreceria um subjuntivo gramaticalizado tendo em vista que o falante não tem em mente nenhum livro em particular. Por outro lado, o artigo definido determinaria o modo indicativo devido à precisão de um livro específico. É possível que esses exemplos de Mendes de Almeida não apresentem uma correlação atitude-modo verbal como propõe as gramáticas normativas, mas uma correlação grau de definição e referencialidade do SN e modo verbal. Entretanto, mesmo que tais constatações possam ser reveladoras, a norma tradicional exclui qualquer caracterização para o subjuntivo que não seja a codificação da atitude de incerteza inerente ao critério morfológico.

Perini (1996: 257-9), em sua Gramática Descritiva do Português, ao contrário, concebe a tendência das oposições de modo tornarem-se puramente formais. Em dois exemplos de orações relativas que cita, reproduzidos aqui em (3), observa a perda gradual de valores semânticos atribuídos ao modo subjuntivo.

- (3) *a. Procuo uma mulher que fuma cachimbo.*
b. Procuo uma mulher que fume cachimbo.

Segundo suas palavras com referência aos enunciados citados, *é possível que para muitos falantes as duas frases sejam, hoje, praticamente sinônimas.*

A tendência parece firmar-se, com base em uma abordagem funcionalista de língua, na direção de arrolar outros mecanismos gramaticais disponíveis ao falante para a codificação da atitude de incerteza. Em termos funcionalistas, a atitude de incerteza, na nomenclatura tradicional, passa a ser tratada como modalidade *irrealis*, i.e. uma categoria cognitivo-funcional e tipológico-

-gramatical. A categoria *irrealis* define-se em termos de futuridade, de incerteza epistêmica e realiza-se no discurso mediante recursos que traduzem tais características funcionais.

Uma análise funcionalista para o modo subjuntivo prevê que esse modo verbal realize-se como a marca gramatical mais provável de ser empregada em se tratando de contextos discursivos que expressem a modalidade *irrealis*. Para as orações relativas há que se observar os recursos de *irrealis* que podem estar condicionando o presente do modo subjuntivo.

2.1. Referencialidade e definitude

A fim de compreender os ambientes em que o subjuntivo ocorre, torna-se necessário tratar dos conceitos de referencialidade e de definitude dos argumentos nominais apresentados Givón (1984-1990). As noções de referencialidade e de definitude estão intimamente relacionadas a domínios funcionais, como modalidade e pronomes.

A tradição lógica de referencialidade define-a como indicação da existência/referência no Mundo Real. Nesses termos, ou um referente existe no Mundo Real, i.e. no mundo externo, ou não existe. Esse tratamento binário anula-se na proposta funcionalista que prevê a existência de referentes discursivos, i.e. a existência de várias expressões na língua disponíveis ao falante tradutoras de um SN referencial ou não-referencial em uma referência gradual, conforme (4).

- (4) a) *Se você vir o homem com um chapéu verde, diga a ele...*
 b) *Se você vir um homem com um chapéu verde, diga a ele...*
 c) *Se você vir alguém com um chapéu verde, diga a ele/eles...*
 d) *Se você vir qualquer pessoa com um chapéu verde, diga a eles...* (Givón, 1984: 389)

Os enunciados evidenciam uma categoria gradual para a referencialidade à medida que determinados pronomes traduzem uma clara referência do SN (4a) até (4d), em que o pronome não se refere a uma pessoa específica. Dessa forma, os exemplos em (4) não pretendem verificar a existência de um homem de chapéu verde no Mundo Real, mas observar em que grau esse homem corresponde a algum indivíduo particular para o falante. A intenção comunicativa do falante torna-se fundamental para a compreensão da referencialidade na língua humana.

A referencialidade dos argumentos nominais em (4) enfraquece conforme a correspondência entre um indivíduo e sua descrição deixa de estar presente na mente do falante. Nesses termos, (4a) remete a um indivíduo particular; (4b) pode ou não remeter, dependendo do falante assumir sua particularidade. (4c) e (4d) são não-referenciais, pois podem referir-se a um indivíduo num determinado conjunto de pessoas ou podem apontar para vários indivíduos. Assim, interpreta-

se os argumentos nominais alguém e qualquer pessoa como indicação de um indivíduo ou de vários (Givón, 1990).

Como observado, recursos pronominais permeiam a construção discursiva na indicação da referência do SN. A definitude do referente nominal depende do ouvinte poder assumi-lo como sendo de única identidade referencial. Se o ouvinte assume o referente nominal como tendo referência única, instaura-se um SN definido; caso contrário, estabelece-se um SN indefinido. Na escala reproduzida em (4), somente a frase (4a) apresenta um SN definido uma vez que sua identidade é atestada pelo ouvinte.

Não somente os pronomes são responsáveis pela determinação de traços referenciais e definidos dos SNs, mas também o tipo de modalidade. As modalidades proposicionais identificam os SNs como referenciais ou não-referenciais. Givón (1984: 391) concentra as quatro principais modalidades:

- | | |
|---------------------|-------------------------------|
| (5) MODALIDADE FATO | ⇒ presuposição |
| | ⇒ asserção do <i>realis</i> |
| MODALIDADE NÃO-FATO | ⇒ negação do <i>irrealis</i> |
| | ⇒ asserção do <i>irrealis</i> |

Na modalidade fato, a referência do SN é garantida pelo traço implicativo da presuposição e da asserção do *realis*. Ambas essas modalidades comprometem o falante com a referencialidade do SN. Nesses termos, o SN *um homem* no enunciado — Conheço um homem que fala francês — é referencial na medida em que o caráter factivo do verbo *conhecer* implica a referencialidade do SN *um homem*. Por outro lado, a modalidade não-fato exhibe mecanismos gramaticais tradutores da modalidade *irrealis* que tornam o SN não-referencial. Desse modo, um SN é apenas referencial se estiver sob o escopo da modalidade fato; se o escopo for a modalidade não-fato, o SN apresenta um caráter não-referencial. Ilustro a assertiva com dados da pesquisa aqui desenvolvida.

- (6) Assim, toda sala tem um regente, né? Daí no começo do ano eles fazem uma votação, cada aluno fala o nome de um professor, né? daí o professor que ganha fica como regente da sala, ele fica responsável por aquela sala, né? daí se tiver algum passeio QUE ele queira fazer com a turma, é ele que vai fazer, assim, se algum professor acha que a turma faz muita bagunça, vai comunicar pra ele, e ele vai passar pra gente, né? pra gente melhorar, assim. (FPL 08, L0359)

Em (6), o falante, ao situar o SN *algum passeio* sob uma oração condicional, instaura um escopo de modalidade não-fato, atribuindo ao mesmo um traço não-referencial. Caso o enunciado estivesse sob a modalidade *realis* — Tem um passeio que ele quer fazer com a turma. —, o verbo matriz *ter* teria o escopo da modalidade fato por implicar a referencialidade do SN da oração

dependente. Desse modo, o enunciado teria uma escala para o caráter referencial do SN. Veja a gradação que se segue.

- (7) a) Se tiver *um passeio* que ele queira fazer com a turma. (não-referencial)
 b) Se tiver *algum passeio* que ele queira fazer com a turma. (não-referencial)
 c) Se tiver *qualquer passeio* que ele queira fazer com a turma. (não-referencial)

A escala acima evidencia um SN sempre indefinido uma vez que não há identificação precisa de um passeio em particular. Por outro lado, a traço não-referencial do SN cresce conforme o emprego de pronomes (7b) e (7c) com uma carga mais forte de imprecisão, podendo apontar para um ou vários passeios. Em se tratando de modalidade *realis* (8), somente um SN referencial seria possível, tendo em vista o caráter implicativo de tal modalidade.

- (8) a) Tem *um passeio* que ele quer fazer.
 b) ?Tem *algum passeio* que ele quer fazer.
 c) ?Tem *qualquer passeio* que ele quer fazer.

Esse breve percurso pelas noções de modalidade, referencialidade e definitude possibilita restringir a análise do SN ao escopo da modalidade não-fato, direcionando o estudo para as condições de *irrealis* oferecidas pela interação comunicativa falante-ouvinte. Esse estreitamento da análise segue pressupostos givonianos de que o modo subjuntivo está vinculado à categoria *irrealis*, i.e. se há um subjuntivo gramaticalizado é provável que apareça sob o escopo do *irrealis*. Nesses termos, observa-se o comportamento dos dados a partir dos mecanismos gramaticais citados por Givón (1984) para a modalidade não-fato. Dentre eles discutiremos: a) o escopo de complementos de verbos não-implicativos, b) o escopo de operadores modais, c) o escopo da negação, d) o escopo do *irrealis* em orações adverbiais e e) o escopo de atos de fala não-declarativos.

Os recursos expressos nesses ambientes gramaticais arrolados por Givón (1984) não implicam a existência de um SN específico na oração relativa. Sob o escopo da modalidade não-fato há apenas nomes indefinidos, i.e. um discurso pontuado pela modalidade *irrealis* não prevê um SN definido.

2.2. O escopo de complementos de verbos não-implicativos

Alguns verbos, quando sob o escopo da modalidade não-fato, podem apresentar um SN não-referencial uma vez que tal modalidade não implica a existência de um objeto específico na oração relativa.

- (9) Nem era eu que era pra ir, né? Era o rapaz que é do Estado, né? Porque eles não permitem o funcionário QUE é contratado ir buscar, né? Aí eles não estava doente, aí ele me chamou pra ir buscar. (FLP 12, L0208)

Sob o escopo da modalidade não-fato, poderia haver as seguintes derivações: ...um funcionário que é/seja...; ...algum funcionário que seja... e ...qualquer funcionário que seja...

2.3. O escopo de operadores modais

Operadores modais indutores da modalidade não-fato (*irrealis*) podem ter um SN não-referencial.

(10) Que eu acho que madrinha, eu, do meu ponto-de-vista, é a segunda mãe, eu acho que a gente tem que contar. É uma pessoa que se pode contar quando o teu filho está doente, tu precisas de uma força, não só pra tu também quando precisares sair e deixar, né? Ou um padrinho só porque é um padrinho. Acho que tem que ser uma pessoa QUE participe com a criança, do dia-a-dia da criança. (FLP 20, L0925)

Nesse enunciado seria possível uma gradação para a não-referência do SN: ...tem que ser alguma pessoa que participe com a criança.... e ...tem que ser qualquer pessoa que participe com a criança...

2.4. O escopo da negação

A negação, como uma modalidade não-fato, permite SNs não-referenciais.

(11) Poder? Tentaria botar um lar pra eles, construir um lar pra todos. Pra todos ter escola, né? porque muito agora saiu de casa pra ser menino de rua porque não tem não tem professor, não tem escola QUE aceitem meninos de rua. (FLP 05, L1358)

Em (11), poderia ter as seguintes gradações: ...não tem uma escola que aceitem meninos de rua, ...não tem escola que aceitem meninos de rua ...não tem nenhuma escola que aceitem meninos de rua e ...não tem qualquer escola que aceitem meninos de rua.

2.5. O escopo do *irrealis* em orações adverbiais

Orações adverbiais orientadas para o futuro constituem uma modalidade não-fato e permitem SNs não referenciais sob seu escopo.

(12) Não gosto de ir ao cinema, teatro. Teatro assim quando é uma peça QUE te chama atenção, que tu vêes que está, né? fazendo já propaganda, né? Aí eu gosto. (FLP 04, L0465)

A escala de não-referencialidade do SN *uma peça* se apresentaria da seguinte forma: ...quando é uma peça que te chama atenção, ...; ...quando é alguma peça que te chama atenção... e ...quando é qualquer peça que te chama atenção.

2.6. Atos de fala não-declarativos

Os atos de fala imperativo e interrogativo fazem parte de uma projeção futura e, portanto, detêm o escopo da modalidade *irrealis*. Nesses termos, a modalidade não-fato predomina e um SN não-referencial é possível.

(13) Na ilha, alguma coisa pra fazer no verão **QUE** não seja praia? Eu acho que não, acho que é só praia. (FLP 14, L1329)

(14)

Para o enunciado (13), a gradação não-referencial seria: ...uma coisa pra fazer no verão que não seja praia; ...alguma coisa pra fazer no verão que não seja praia e ...qualquer coisa pra fazer no verão que não seja praia.

Esses mecanismos expostos e exemplificados constituem contexto de modalidade *irrealis* associados a SNs indefinidos não-referenciais. Proponho, agora, acrescer a essa relação estabelecida por Givón (1984) entre modalidade e referencialidade uma contraparte para o modo verbal, i.e. caracterizar o subjuntivo como o modo esperado nos contextos de *irrealis* cuja oração matriz apresente um SN indefinido, pois se trata da modalidade não-fato, com graus de não-referencialidade. Nesses termos, quanto menos referencial for o SN maior será a probabilidade de aparecer um subjuntivo realizado na oração relativa. O subjuntivo está vinculado não somente à modalidade *irrealis*, mas também a graus de não-referencialidade de SNs indefinidos.

Observa-se que o enunciado (7), reproduzido em (14), estando sob o escopo da modalidade fato talvez somente admita um indicativo gramaticalizado (15a), enquanto o dado (14), sob a modalidade não-fato, admite ambos os modos subjuntivo e indicativo (15d-e-f).

(14) Assim, toda sala tem um regente, né? Daí no começo do ano eles fazem uma votação, cada aluno fala o nome de um professor, né? daí o professor que ganha fica como regente da sala, ele fica responsável por aquela sala, né? daí se tiver algum passeio **QUE** ele queira fazer com a turma, é ele que vai fazer, assim, se algum professor acha que a turma faz muita bagunça, vai comunicar pra ele, e ele vai passar pra gente, né? pra gente melhorar, assim. (FPL 08, L0359)

- (15) FATO: a) Tem um passeio que ele queira/quer fazer com a turma.
 b) ?Tem algum passeio que ele queira/quer fazer com a turma.
 c) ?Tem qualquer passeio que ele queira/quer fazer com a turma.
 NÃO-FATO: d) Se tiver um passeio que ele queira/quer fazer com a turma.
 e) Se tiver algum passeio que ele queira/quer fazer com a turma.
 f) Se tiver qualquer passeio que ele queira/quer fazer com a turma.

O escopo da condição sobre o verbo *ter* instaura a modalidade *irrealis* pois o falante não pressupõe a existência do SN *um passeio*. *Um passeio* é um SN indefinido uma vez que o ouvinte não tem em mente nenhum passeio em particular.

A proposta consiste, portanto, em analisar os dados segundo fatores que controlem o escopo da oração e o grau de não-referencialidade do SN. É na interação desses dois fatores que se pretende delinear o subjuntivo, tendo como hipótese o próprio conceito de gradação: espera-se uma maior incidência de subjuntivo conforme a queda no traço referencial do SN aliado ao *irrealis*.

3. Análise dos dados

Resultados preliminares acerca do subjuntivo como o recurso gramatical prototípico para propósitos comunicacionais em que a modalidade *irrealis* permeia o discurso do falante visa a identificar os ambientes gramaticais favorecedores à aplicação desse modo verbal e a corroborar a hipótese de que a não-referencialidade e os mecanismos tradutores do *irrealis* que detêm o escopo da oração relativa tenderiam a apresentar um subjuntivo gramaticalizado.

REFERENCIALIDADE	APLI/TOTAL = %	P. R.
ALGUM/ALGUÉM/NINGUÉM	16/21 = 76 %	0.85
QUALQUER	04/08 = 50 %	0.70
UM	19/57 = 33 %	0.44
PLURAL	06/17 = 35 %	0.41
NOME	03/09 = 33 %	0.41
TUDO	02/07 = 29 %	0.40
A + (SN)	02/14 = 14 %	0.23
TOTAL	52/133 = 39 %	

Tab.: 1 - Grau de referencialidade do argumento nominal e o subjuntivo gramaticalizado

Os resultados indicam o subjuntivo como o modo vinculado a recursos gramaticais indutores de alta não-referencialidade, apresentando um peso relativo para os argumentos nominais *algum/alguém/ninguém* que atinge .85. O pronome *qualquer* é o segundo recurso tradutor de alta não-referencialidade e condicionante de subjuntivo em .70; entretanto, observa-se o pequeno número de dados nesse fator. Talvez um número mais significativo de dados pudesse exibir um real comportamento da correlação entre a baixa referencialidade de *qualquer* e o subjuntivo. No momento, o resultado em peso relativo revela-se como forte favorecedor ao emprego do modo verbal em estudo.

Os quatro fatores a seguir apresentam resultados em peso relativo muito aproximados, indicando que o pronome *um*, tradutor de um grau mais baixo de

não-referencialidade, a ausência de marcas —plural e nome— e o pronome *todo* constituem fraco favorecimento para o subjuntivo. Sob o escopo do fator *um*, a aplicabilidade de subjuntivo cai em detrimento do modo indicativo uma vez que expressa um grau maior de referencialidade. A não-referencialidade diminui com esses mecanismos, pois o *um* destaca um indivíduo entre vários enquanto SNs no plural, nome e o pronome *todo* constituem um conjunto, uma classe. Embora não se possa assumir a identidade desses recursos, é possível apontar um conjunto de indivíduos ou destacar desse um indivíduo.

Os fatores denominados *plural* e *nome*, que indicam a introdução direta de argumentos nominais no discurso, seja mediante um SN no plural seja mediante um SN pleno, apontam uma menor realização de subjuntivo. A interpretação desses dados remete a um dos princípios funcionalistas que credita ao subjuntivo o valor de categoria marcada, evidenciando recursos específicos ao realizar-se no discurso, e ao indicativo o estatuto de categoria não-marcada, i.e. uma categoria mais recorrente na construção discursiva. Também por essa razão o artigo definido situa-se na última posição na tabela, desfavorecendo o subjuntivo.

Os resultados são apresentados em uma escala em que argumentos nominais realizam-se no discurso numa gradação correspondente à diminuição da não-referencialidade.

ESCOPO DA O. RELATIVA	APL/TOTAL = %	P. R.
MODAL	09/15 = 60 %	0.79
NEGAÇÃO	20/40 = 50 %	0.64
VOLITIVO/COGNICÃO	08/23 = 35 %	0.47
AUSÊNCIA DE MARCAS	05/21 = 19 %	0.36
ATOS DE FALA	02/08 = 20 %	0.28
CONNECTORES ADVERBIAIS	03/15 = 20 %	0.25
TOTAL	47/129 = 36 %	

Tab.: 2 – Escopo da oração relativa e o subjuntivo gramaticalizado

Na tabela 2, observamos a realização mais alta do modo subjuntivo sob o escopo de verbos modais, exibindo um peso relativo de .79. Como os verbos modais têm a característica de apresentar um forte traço de manipulação, haveria uma maior integração sintática e semântica entre atitudes manipulativas e o modo subjuntivo, o modo da subordinação. A maior dependência sintático-semântica do subjuntivo levaria a sua maior realização sob o escopo dos verbos modais. A ausência de marcas, por outro lado, tende a um pouca aplicabilidade do subjuntivo uma vez que esse é o modo verbal marcado e subordinado a recursos discursivos específicos. Nesses termos, uma maior aderência entre a oração matriz e a oração relativa desencadearia o subjuntivo e, por conseguinte, uma

menor integração entre essas orações, tenderia a apresentar o modo indicativo gramaticalizado.

4. Conclusão

A reinterpretação lógica de referencialidade em termos de propósitos comunicacionais concebe o traço referencial dos argumentos nominais subordinado à intenção do falante de se referir a alguém ou a algo no universo do discurso.

O grau de referencialidade correlaciona-se aos domínios pronominais e de modalidade *irrealis*. Nesses termos, argumentos nominais subordinados ao escopo da modalidade *irrealis* e a pronomes com traços não-referenciais altos tenderiam a gramaticalizar o modo subjuntivo. Assim posto, a atitude de incerteza atribuída ao subjuntivo pela tradição normativa desloca-se para uma categoria de escopo maior, a categoria de modalidade *irrealis*. O subjuntivo, portanto, estaria relacionado ao *irrealis* mediante determinados ambientes gramaticais.

O controle dos grupos de fatores permite verificar contextos favorecedores ao emprego do modo subjuntivo e, portanto, permite desvincular essas implicações pragmáticas inerentes ao critério morfológico desse modo prescritas pela norma tradicional. A identificação de outros mecanismos gramaticais que imprimem ao discurso valores de incerteza, de futuridade, avalia o subjuntivo como o modo verbal vinculado a modalidade *irrealis*, porém não tradutor de tal modalidade.

Resultados preliminares apontam o modo subjuntivo como o modo verbal prototípico na interação comunicativa em que um componente de incerteza, de futuridade, permeia a construção discursiva. O subjuntivo é o modo dos contextos comunicativos em que há um alto grau de não-referencialidade e o modo cujo escopo são verbos modais. O modo em estudo apresenta um comportamento que traduz seu vínculo com a modalidade *irrealis* e sua necessidade de integração sintático-semântica, pois é o modo empregado em construções de subordinação. Por outro lado, a ausência de marcas pronominais e de recursos indutores da modalidade *irrealis* tende a gramaticalizar o modo indicativo. A análise dos dados constitui uma análise escalar, traçando a aplicabilidade do modo subjuntivo em um continuum desde os contextos reveladores de modalidade *irrealis* até aqueles em que se observa a ausência de qualquer marca específica.

Bibliografia

- Camara Jr., J.M. (1976) *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.
Camara Jr., J.M. (1977) *Princípios de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Padrão.
Cunha, C. (1978) *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares S.A.

ACTAS DO XIV ENCONTRO NACIONAL DA APL

- Givón, T. (1990) *Syntax - a functional-typological introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Givón, T. (1995) *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Mendes de Almeida, N. (1981) *Gramática metódica da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva.
- Perini, M. (1996) *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática.
- Pintzuk, S. (1988) *O pacote VARBRUL*.